

**DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA
CONSELHO ESTADUAL DE PROTEÇÃO ÀS VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL**

Ao décimo quarto dia do mês de Outubro do ano de 2022, às 09:39, em formato híbrido, presencialmente na Sala de Reuniões do 6º Andar, Ala B do Palácio das Araucárias, por meio do *link* meet.google.com/heu-eixx-gtt, deu-se início a Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Proteção às Vítimas de Abuso Sexual — COPEAS. Fizeram-se presentes as **Representantes Governamentais**: **Silmara Cristina Sartori** (SETI); **Evlin Gamra** (SEJUF/DEJUDH); **Rosineide Fréz** (SEED); **Carla Konieczniak Aguiar** (SESA); **Sandra Lia Leda Bazzo Barwinski** (OAB); **Saete das Brotas Ferreira** (DPCA/SEJUF). **Sociedade Civil**: **Véra Lucia Stadler** (Associação Fênix); **Regina Rempel** (Instituto Construindo Um Lar Seguro); **Carmen Regina Ribeiro** (Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos/Regional Paraná); **Gisele Martinazzo** (Instituto Inocência); **Érica Soumaili Pelloi** (Sistema de Apoio a Saúde São Rafael). **Convidadas/Colaboradoras**: **Andréia Corat** (SEJUF/DEDIF); **Mariana Nunes** (NUDEM/DPPR); **Elizete Gogola** (SETI); **Nádia de Oliveira**. **Justificativas de Ausência**: Não houve justificativas de ausência. **1. Abertura**: Inicialmente, Andreia saudou a todas e informou que a reunião estava sendo gravada para transcrição da ata, dando abertura assim, a Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Proteção às Vítimas de Abuso Sexual do Paraná do mês de Outubro. **2. Aprovação das pautas**: Andreia solicitou a inclusão da pauta 'Apresentação da SEED, Profa. Rosineide'. Em seguida, Andreia colocou em votação a pauta a sua respectiva inclusão — sem ressalvas, a pauta foi aprovada por unanimidade. **3. Aprovação da Ata de Setembro**: Andreia indagou se todas haviam recebido a ata e se gostariam de manifestar alterações. Sem ressalvas ou inclusões, a ata foi posta em votação — aprovada por unanimidade. **4. Apresentação da SEED, Profa. Rosineide Fréz**: Dando continuidade às apresentações, a Professora Rosi inicialmente saudou a todas e indicou que conjuntamente a ela estava a Professora Regina Célia, sua suplente, apresentando assim, um pouco mais sobre a Secretaria da Educação e do Esporte, partindo de uma visão ampliada até chegar ao seu departamento que lida especificamente com as questões de prevenção de violências. Em seguida, apresentou um organograma com o seguinte esquema: Diretoria de Planejamento e Gestão Escolar (DPGE); Diretoria de Tecnologia e Inovação (DTI); Diretoria-Geral (DG) — Diretoria de Educação (DEDU) — Departamento de Educação Inclusiva (DEIN) — Coordenação de Diversidade e Direitos Humanos. Rosineide indicou que atrelado à Secretaria da Educação e do Esporte estava a FUNDEPAR, Paraná Esporte, Paraná

**DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA
CONSELHO ESTADUAL DE PROTEÇÃO ÀS VITIMAS DE ABUSO SEXUAL**

Educação, Colégio Estadual do Paraná e o Conselho Estadual de Educação. A Fundepar engloba a execução de obras, reparos, merendas, construções e demais funções. A composição da Secretaria foi apresentada com os seguintes dados: Estudantes — 1 Milhão; Profissionais da Educação — Média de 94 mil (Concursados e Contratados); Escolas — 2117. Consoante às escolas, em seguida foi apresentado o seguinte panorama da diversidade das Escolas Estaduais do Paraná: 21 Escolas Agrícolas; 520 Escolas do Campo; 76 CEEBJAS; 39 Escolas Indígenas; 9 Escolas de Ilha; 8 Colégios da Polícia Militar; 28 Escolas em área de assentamento; 5 Escolas de Educação Especial; 195 Escolas Cívico-militares. No Paraná existem 32 Núcleos Regionais de Educação e cada um possui um 'Município Sede' que é responsável por todos os municípios jurisdicionados na região. Após a apresentação do panorama, Rosineide apresentou o Departamento de Educação Inclusiva (DEIN) que se configura em duas frentes, uma delas é a Educação Especial, a outra é a Diversidade e Direitos Humanos, esta que é composta em equipes de Educação em Direitos Humanos, Gênero e Diversidade Sexual, Educação Escolar Indígena, Educação do Campo Paraná, Educação Escolar Quilombola, Educação das Relações Étnico-Raciais. Algumas das funções da DEDUC, Educação em Direitos Humanos apresentadas foram: Gênero e diversidade; Prevenção às violências; Prevenção ao uso de álcool e drogas; Rede de Proteção; Atendimento aos NRE; Protocolo; SIGO (Sistema de Ouvidoria); Conselhos, Comissões e Comitês; Produção de Materiais e Formação. Para auxiliar nos encaminhamentos são elaborados Guias de Orientações para as Escolas se basearem minimamente nos atendimentos e ações, por exemplo, dentro destes Guias, existem Protocolos de encaminhamento às situações de violências, para todas as formas de violência — *Bullying*, *Cyberbullying*, Ameaça de Massacre, Violência Física, Violência Sexual, Importunação Sexual, Assédio, Trabalho Infantil, Violência Institucional —, Protocolos de violência de situações de Saúde Mental — Crises de Ansiedade, Violência Autoprovocada e Intenção Suicida —, Protocolos de encaminhamento de Injúria de Racismo e Injúria Racial, além de Protocolos de encaminhamentos as situações de identidade de gênero e orientação sexual, que também é respondida quase que diariamente sobre o uso dos banheiros e uso do Nome Social. Portanto, a ideia de construção do Guia de Orientação era de que ele não fosse engessado e por isso ele requer formação e capacitação, além de que seria trabalhado na semana que vem com os técnicos da SEED para construí-lo como um apoio para equipe

**DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA
CONSELHO ESTADUAL DE PROTEÇÃO ÀS VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL**

pedagógica e diretiva. O Guia primeiramente descreve o que é a violência causada e sua definição, depois são apresentadas as orientações de como encaminhar minimamente a situação e por fim, o que é preciso fazer depois que a situação ocorreu, pois é preciso rever quais são as estratégias de prevenção e tomar medidas pós-ocorrência. Ao término da apresentação, Rosineide abriu a palavra para eventuais perguntas e dúvidas. Carmen questionou de que forma as capacitações chegam nas Escolas e se há algum *feedback* da atuação do Núcleo com as Escolas, além disso, questionou também como as orientações chegam até os professores e professoras, relatando que, realizou uma conversa com alunos (as) de Ensino Médio de uma Escola Estadual de Curitiba em função de uma solicitação de discussão sobre assédio sexual e, durante a conversa, percebeu que muitas questões eram relacionadas à Rede de Proteção e ao perguntar as professoras, elas desconheciam a existência da Rede de Proteção. Deste modo, Carmen destacou que essa é uma de suas preocupações, sendo necessária uma estratégia de que forma a informação deve atingir quem é necessário. Rosineide respondeu que as colocações da Carmen são um desafio, pois a equipe é formada somente por 04 pessoas e cada núcleo tem uma pessoa que representa a demanda (mas não somente uma) e a Secretaria possui diversas outras demandas e acabam sendo priorizadas outras questões no momento — como o Novo Ensino Médio neste momento. Além disso, Rosineide destacou que há um grande fluxo de gestores e conseqüentemente as mudanças atingem a formação continuada e que, a Rede de Proteção de Curitiba, é uma das que estavam articuladas porque o Núcleo de Educação participa, as escolas existe uma orientação da secretaria para que elas participem mais ativamente da Rede. Ademais, Rosineide reiterou que os Núcleos que os técnicos estão há mais tempo são os que conseguem articular melhor a rede e conseguem compreender melhor a Rede de Proteção e a importância da Escola fazer parte dela. Outro ponto trazido pela conselheira foi de que não é somente em relação aos profissionais, mas a estrutura pessoal e os outros equipamentos da Rede estavam fragilizados, como o Conselho Tutelar. Porém, é realmente importantíssimo que as informações cheguem aos profissionais e eles saibam como identificar os sinais e estejam capacitados para fazer os encaminhamentos corretos. Há também uma plataforma na Secretaria chamada ‘Formadores em Ação’ em formato *online* que tem chegado bem próxima aos professores e professoras e o DEIN produziria materiais e aulas síncronas. Em seguida, Sandra reiterou a importância do espaço escolar

**DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA
CONSELHO ESTADUAL DE PROTEÇÃO ÀS VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL**

no enfrentamento da violência contra a mulher e perguntou se o apoio dado ao profissional, professor e professora, que recebe a denúncia e não sabe o que fazer, pois são diversos casos de professoras de todo o Estado que ligaram para ela procurando ajuda como agir em determinadas situações. Além disso, Sandra pontuou que era necessário cessar a visão que as crianças têm do Conselho Tutelar como um ‘bicho papão’ e algo ruim para elas e que o *bullying*, deve-se compreender que é uma deficiência que se tem no Brasil, pois mesmo se tendo conhecimento que essa violação tem sua maior incidência nas segundas-feiras e sextas-feiras não se pensa o porquê desses dias. Para iniciar a compreender os motivos, Sandra indicou que é necessário fazer um paralelo com os casos de violência doméstica e familiar contra mulher, em que as crianças na sexta-feira ficam agitadas por medo do final de semana e na segunda-feira chegam enlouquecidas pelo que passaram no fim de semana. Por fim, Sandra perguntou como estava sendo tratada a sexualidade na educação por parte da SEED. Rosineide respondeu que em relação à sexualidade, estava dentro do currículo, mas existe todo um contexto de Brasil e tem recebido muitos SIGO’s de famílias fazendo denúncias contra professores solicitando que alguns temas não sejam debatidos na escola, como ideologia de gênero, questionando a liberdade de cátedra e estava sendo respondido diariamente para as famílias sobre isso, indicando que os conteúdos estão dentro do currículo escolar e que o professor não estava lecionando ideologia de gênero nem apologia a nada — na realidade é justamente o contrário. Além disso, há muitas denunciante por parte dos estudantes contra os professores de importunação e assédio sexual, essas denúncias são tratadas por uma equipe que opera os processos administrativos, muitas vezes as denúncias possuem ‘fundo’ e aconteceram, mas também muitas vezes as denúncias são criadas por não gostar do professor e é criada uma narrativa. Em relação aos demais encaminhamentos, Rosineide informou que a Lei Nº 13.431, de 4 de Abril de 2017 que estabelece sobre a revelação espontânea, escuta especializada e depoimento especial, e tem um decreto desde 2020, em que a SEED junto com vários outros órgãos estava elaborando um Ato Institucional para que a legislação seja de fato implantada no Estado. Um dos problemas relatados pela Rosineide foi de que, quando acontece uma denúncia de assédio sexual de professor contra estudante é necessário fazer a escuta especializada, porém apesar de ela estar dentro da legislação não possui uma implementação dentro do Estado e a legislação também não foi clara definindo a escuta

**DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA
CONSELHO ESTADUAL DE PROTEÇÃO ÀS VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL**

especializada como uma obrigatoriedade da Rede. Por isso, há algumas Promotorias que já estavam pulando as escutas especializadas e partindo diretamente para o depoimento especial. Nas escolas acontecem com mais frequência a revelação espontânea e há um trabalho de conscientização dos professores e professoras para ouvirem os relatos das crianças, pois muitas vezes por medo eles (as) pedem para a criança não lhe falar nada. Rosineide reiterou a fala da Sandra sobre o Conselho Tutelar, pois ele estava realmente desestruturado no sentido de formação, capacitação e estruturas, e por isso, muitas vezes são procurados diretamente a Assistência Social, Saúde, MP ou Delegacias. Rosineide relatou que uma agente educacional fez um excelente trabalho na Escola Guilherme Maranhão no bairro do Tatuquara — uma escola inserida em uma comunidade com alta vulnerabilidade — criando coletivamente uma Sala de Escuta em que são realizadas revelações de violências, estudantes que voltam de um grande período de ausência, criar amizades e revelação espontânea, sendo esse, um dos diversos cenários espalhados pelo Estado do Paraná. Por conta da constante mudança de funcionários (as), são realizados alguns projetos pilotos, como em Paranaguá com o projeto de Cultura de Paz por ser um Núcleo muito complexo, em Curitiba, nos seus 03 Núcleos (Norte, Sul e Metropolitana) com um Consultor pago pela UNESCO para realizar um trabalho sobre Competências Socioemocionais para fortalecer os estudantes em todos âmbitos de sua vida. **5. Minuta do Regimento Interno:** Sandra informou que convocou uma reunião da Comissão da Criança do CEVIGE para o período da tarde para que se tenha um parecer e desincumbir dessa tarefa. Carmen indicou que o GT do Regimento Interno estava parado esperando o retorno e perguntou qual seria o ‘problema’ com o Ministério Público. Sandra respondeu que era providencial que o Regimento Interno seja aprovado com a presença do Ministério Público, pois após conversar com a Dra. Mônica soube que o MP já havia designado representantes para o COPEAS e não se sabe como esse ofício se perdeu e não chegou, faltando apenas a participação nas reuniões. Dessa forma, Sandra sugeriu que seja realizada uma reunião com o Ministério Público para estabelecer uma solução que não prejudique o que já foi feito e seja dado andamento junto ao parecer que traria nas próximas reuniões. Andreia informou que foi buscado e encontrado o Decreto da Casa Civil, mas não chegou à SEJUF a resolução das duas promotoras e por isso foi encaminhado o Decreto 3726 onde está determinada toda a situação do COPEAS. Portanto, Andreia informou que logo após a reunião entraria em contato com a Dra.

**DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA
CONSELHO ESTADUAL DE PROTEÇÃO ÀS VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL**

Mônica para verificar como proceder quanto às duas situações. **6. GT — Calendário de Reuniões:** Andreia indicou que o calendário dos Grupos de Trabalho deveria ter suas datas definidas. Carmen pontuou que se as reuniões de 2023 fossem presenciais, seria válido que as reuniões das comissões fossem realizadas pela manhã e a plenária no período da tarde, para aproveitar a vinda das conselheiras de uma única vez. Carmen sugeriu que seja sempre a última sexta-feira para facilitar o deslocamento de volta de todas. Sandra concordou com a sugestão, pois por ser advogada os juízes marcam audiências sem consulta prévia em calendário. Portanto, foi definido que as reuniões seriam sempre nas últimas sextas-feiras do mês, sendo pela parte da manhã as reuniões das comissões e a tarde as reuniões plenárias, ordinárias e extraordinárias. A primeira reunião de 2023 ficou definida excepcionalmente para o dia 10 de Fevereiro por conta de janeiro não ter reunião do Conselho. As datas foram aprovadas por unanimidade pelas conselheiras. **7. Informes Gerais:** Carmen lembrou que havia sido deliberado um Grupo de Trabalho para trabalhar a comunicação e a divulgação dos serviços de atendimento de violência sexual e interrupção legal da gestação. Para isso, foi realizada uma reunião do GT presencialmente no Palácio das Araucárias para debater sobre as várias possibilidades, sendo definido que seria elaborado um projeto para conseguir circular internamente na SEJUF e tentar conseguir recursos externos para produzir os materiais. Inicialmente, a ideia seria elaborar um cartaz como chamamento principal para violência sexual de caráter emergencial, porém, não é fácil porque cada região possui um combinado de fluxos e seria necessário estabelecer um panorama. Carmen informou que o intuito era de que o cartaz fosse colocado em todos os serviços de saúde e escolas — envolvendo assim a educação —, podendo também ser utilizado em ônibus e outros meios de comunicação. Carla reiterou a fala anterior e destacou que um dos principais desafios seria encontrar recursos para produção dos cartazes, pois são mais de 2 mil Escolas, além disso, Carla lembrou que encaminhou a Cartilha lançada pela Universidade Federal do Paraná que está traduzida em 05 línguas e possui um *QRCode* e um *link* que direciona para Cartilhas Regionais. **8. Encerramento:** Por fim, Andreia agradeceu a presença de todas e encerrou a Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Proteção às Vítimas de Abuso Sexual do Paraná. A presente ata foi lavrada por Davi da Rosa.